

I CONGRESO ESPAÑOL DE SOCIOLOGÍA DE LA ALIMENTACIÓN  
GIJÓN, 28-29 DE MAYO DE 2009.

**Mesa 3: Sistema agroalimentario y sostenibilidad ambiental y social**

---

**RELAÇÕES DE PRODUÇÃO E CONSUMO: A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA  
AGRICULTURA FAMILIAR PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR  
BRASILEIRO**

**Rozane Marcia Triches**

Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS  
[rmtriches@terra.com.br](mailto:rmtriches@terra.com.br)

**Sergio Schneider**

Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural – UFRGS

**Albaneide Peixinho**

Coordenadora do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE/FNDE/MEC

**Maria Luiza da Silva**

Assessora de Planejamento do PNAE/FNDE/MEC

**Introdução**

No Brasil, vem ocorrendo uma complexa trama no que diz respeito à questão alimentar e nutricional da população. Nas últimas décadas, observa-se um fenômeno chamado de “transição nutricional”, caracterizado por um aumento dos índices de sobrepeso e de doenças crônicas não transmissíveis, associados ainda a uma grande, mas declinante, prevalência de déficits nutricionais. Somado a isso, na esfera da produção, se fortalece um modelo produtivo que dissemina práticas e disponibiliza tipos de alimentos que estão intimamente ligados a esse quadro de saúde e à degradação do meio ambiente. Produção essa pautada na agricultura intensiva, mecanizada, com elevada utilização de produtos químicos, com conseqüências ambientais e sociais como a marginalização de grande parte de produtores rurais e aumento da pobreza no campo; com crescente processamento dos alimentos e padronização de hábitos alimentares; e, com uma grande interferência do comércio internacional no abastecimento alimentar doméstico.

Para Lang e Heasman (2004), as preocupações com a saúde pública teriam sido até então marginalizadas e moldadas de acordo com os interesses e influências das normas de mercado. Estes autores defendem que os problemas alimentares e nutricionais deveriam ser tratados de forma mais ampla, gerenciando os desafios alimentares em conjunto, considerando desde a forma como o alimento é produzido até como ele é tratado pelo consumidor. Dentro desta perspectiva, criticam o ideário liberal que incutiria a idéia de que qualquer intervenção política em relação às escolhas dos indivíduos estaria condescendendo com a idéia de que ele é uma vítima, mais do que um consumidor inteligente. Os autores

argumentam que este posicionamento ignora as realidades e a escala da crise alimentar e de saúde que está além de qualquer indivíduo ou companhia e também ignora as relações de poder que moldam o abastecimento alimentar. Nesta crise, segundo eles, há que se pensar em como ligar humanos com saúde ambiental, em como formular políticas públicas que providenciem soluções que tratem dos diversos problemas associados a alimentos e meio ambiente.

Méndez e Benito (2008), também relacionam os comportamentos alimentares às políticas referentes à produção agroalimentar. Estes autores, fazendo uma análise da construção social do que seria uma dieta saudável defendem a hipótese de que este conceito é explicado em boa parte pelos contextos sociais e que estes podem ser considerados de um ponto de vista do contexto da produção de alimentos, que se concretiza na evolução da política agrária e de desenvolvimento do sistema agroalimentar. Para estes autores, as escolhas que as pessoas fazem sobre sua alimentação cotidiana são influenciadas por fatores e atores dificilmente controláveis em sua totalidade e com dinâmicas de ação diversas, o que demonstra a complexidade do que se conhece como “sistema agroalimentar”: o percurso da comida desde a terra até o prato (MÉNDEZ e BENITO, 2008, p. 13). Salientam que os estudos sobre comportamentos alimentares, especialmente sobre consumo de alimentos, são estudados como fenômenos em si mesmos ou relacionados com outros aspectos da cultura ou, com as características culturais e sociais dos consumidores, mas poucas vezes se relacionam estes comportamentos com a evolução do setor agroalimentar e com as políticas agrárias e alimentares, não sendo tão freqüente relacionar a produção ao consumo, a oferta à demanda de alimentos (MÉNDEZ E BENITO, 2008, p. 28). Portanto, para estes autores, a evolução dos setores e das políticas, não podem ser vistos somente como uma adaptação às mudanças de necessidades da população e das preferências dos consumidores, mas também, como conformadores dessas necessidades e preferências.

Nesta linha de preocupações entre relações de produção e consumo de alimentos, e com a abrangência das políticas alimentares, Goodman e DuPuis (2002), examinam algumas contribuições recentes da literatura e consideram que o tratamento dado a estas duas esferas ainda são muito assimétricos. Os papéis da produção e do consumo na sociedade contemporânea são constituídos por preocupações teóricas diferentes que emanam das discordâncias entre perspectivas orientadas pela produção e marxistas de um lado, e por outro, visões da sociedade “culturais” e orientadas pelo consumo, atualmente proeminentes nas ciências sociais.

Com base nestas considerações, procura-se com este trabalho abordar a relação entre

consumo, produção e políticas públicas alimentares a partir do Programa de Alimentação Escolar (PAE) brasileiro, buscando entender como ocorre a consolidação ou legitimação de sistemas alternativos<sup>1</sup> ou heterogêneos de produção e consumo de alimentos, trazendo para a análise a noção de desenvolvimento sustentável e de economias de qualidade. Por sua vez, o conceito de qualidade vem sendo abordado para descrever dinâmicas responsáveis pela mudança do modelo convencional e industrializado do sistema alimentar para um modelo pautado em produtos e práticas alimentares localizadas e alternativas. Movimento este denominado de “quality turn” e constituído, predominantemente, por meio de duas abordagens: uma centrada nos consumidores e suas preocupações e demandas, e, outra, centrada nos produtores e suas estratégias em construir mercados alternativos frente à produção industrial.

O texto a seguir apresenta em um primeiro momento o panorama da situação alimentar e nutricional brasileira, apontando para uma relação entre a forma de produção e abastecimento alimentar com o consumo e o perfil de saúde e nutrição da população. Na seção seguinte, o papel do Estado frente a este cenário, fazendo referência à Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SAN) instaurada no país a partir de 2003 e os reflexos de suas concepções no Programa de Alimentação Escolar. Finaliza-se o artigo com a análise de um estudo de caso que evidencia como ocorre a construção de formas diferenciadas de modelos alimentares no nível local, o papel dos atores, suas interações e os efeitos decorrentes.

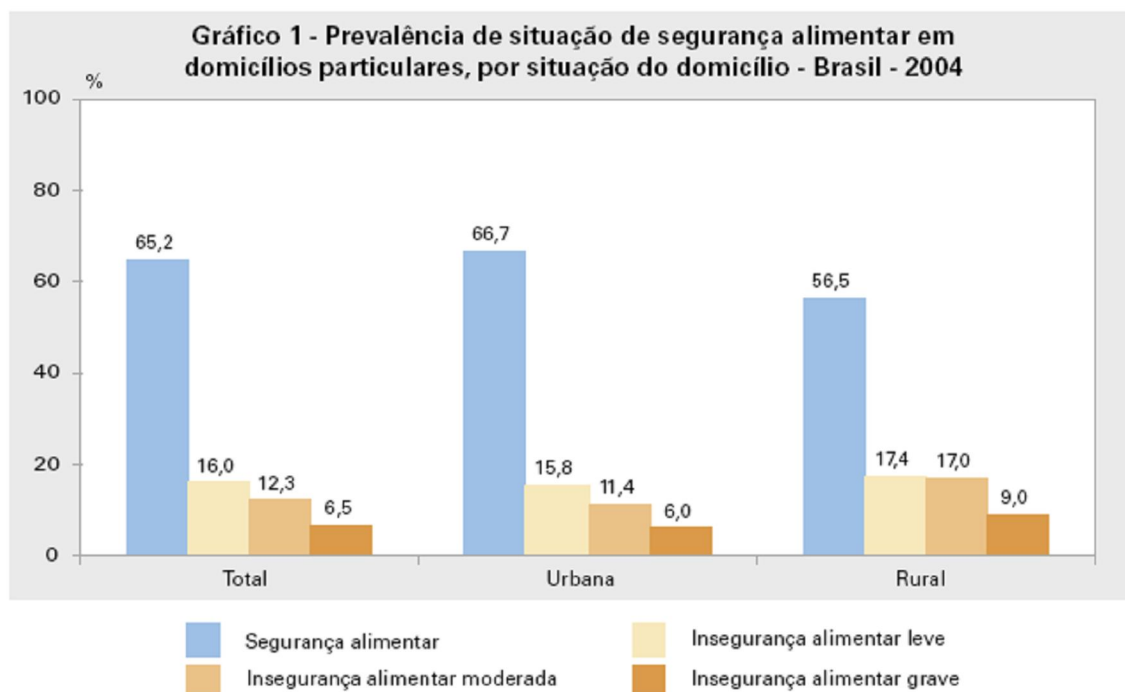
## **1 Panorama da situação alimentar e nutricional da população brasileira**

Em 2004, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) fez a primeira pesquisa sobre Segurança Alimentar no país (IBGE, 2006) relatando uma grande disparidade na distribuição da insegurança alimentar entre as regiões e dentro de cada região. Os resultados demonstraram que 34,8% dos domicílios estavam em situação de insegurança alimentar (IA), ou seja, aproximadamente, 72 milhões de pessoas se encontravam com IA leve, moderada ou grave. Foi constatado que no meio rural estava a maior prevalência domiciliar de IA moderada ou grave como mostra o gráfico a seguir. Cerca de 9,5 milhões de

---

<sup>1</sup> O termo alternativo é discutido no texto de Holloway et al. 2007, em que os autores chamam a atenção para o perigo de se fazer uma análise de oposição binária entre o sistema “dominante” e o “alternativo”. Considera-se neste texto a interpretação europeia do que seria a conotação de alternativo: como redes alimentares com potencial de contribuir para a sobrevivência de pequenos produtores e mais amplamente para o desenvolvimento rural e, respondendo às ansiedades dos consumidores relativo aos efeitos e riscos das

peças moradoras em áreas rurais viviam em domicílios com restrição quantitativa de alimentos (IA moderada ou grave), e 3,4 milhões delas conviveram com a experiência de fome, nos 90 dias prévios à data da entrevista. Esses números em área urbana eram cerca de 30 milhões e 10 milhões, respectivamente, o que indica um contingente maior de insegurança alimentar nesta zona de residência, se considerado o número absoluto.



Por outro lado, em relação à tendência de consumo da população brasileira, o estudo realizado sobre a distribuição e evolução da disponibilidade domiciliar de alimentos entre 1974 e 2003, no Brasil, a partir de inquéritos realizados pelo IBGE em 1974/75, 1986/87 e 1995/96 comparados com a Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2002/2003 (LEVY COSTA et al, 2005) traz outros elementos. Segundo os autores, a evolução dos padrões de consumo alimentar nas últimas três décadas, passível de estudo apenas nas áreas metropolitanas do Brasil, evidenciou declínio no consumo de alimentos básicos e tradicionais da dieta do brasileiro, como o arroz e o feijão. Houve aumento de até 400% no consumo de produtos industrializados, como biscoitos e refrigerantes, persistência do consumo excessivo do açúcar e insuficiente de frutas e hortaliças e aumento sistemático no teor da dieta em gorduras em geral e em gorduras saturadas.

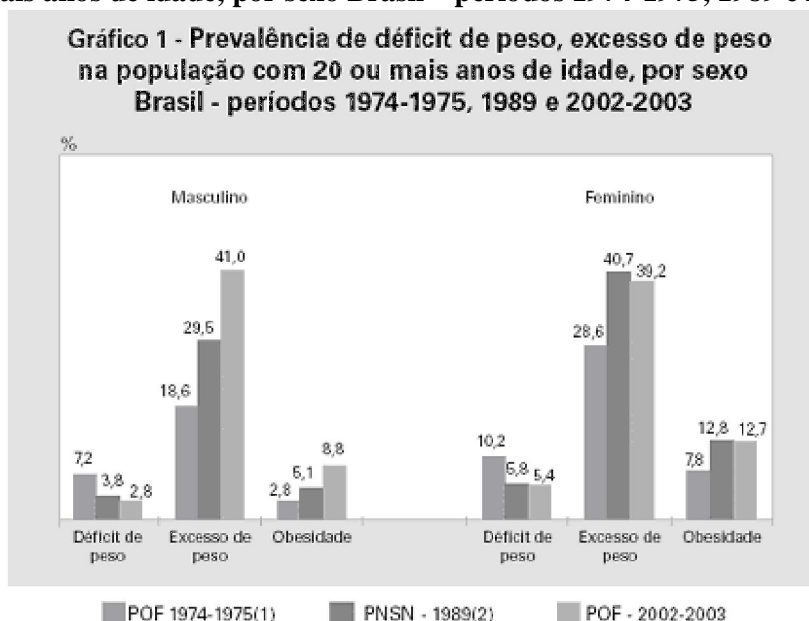
Estas evoluções do padrão alimentar são consideradas desfavoráveis, sobretudo do

---

cadeias de abastecimento agroindustriais.

ponto de vista da obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares, certos tipos de câncer e outras enfermidades crônicas associadas a dietas com alta densidade energética, escassez de fibras e micronutrientes e excessos de gordura em geral e de gorduras saturadas (WHO/FAO apud LEVY COSTA, 2005). Os estudos de Monteiro, Mondini e Levy Costa (2000) e Mondini e Monteiro (1994) indicam que parte destas tendências tem início entre as décadas de 60 e 70 e se intensificam nas décadas de 80 e 90. Isso fica patente, segundo os dados oferecidos por Monteiro, Conde e Popkin (2002) aonde as prevalências de desnutrição e obesidade entre as três décadas, vêm mudando no Brasil conforme visualizado no gráfico a seguir (Gráfico 2).

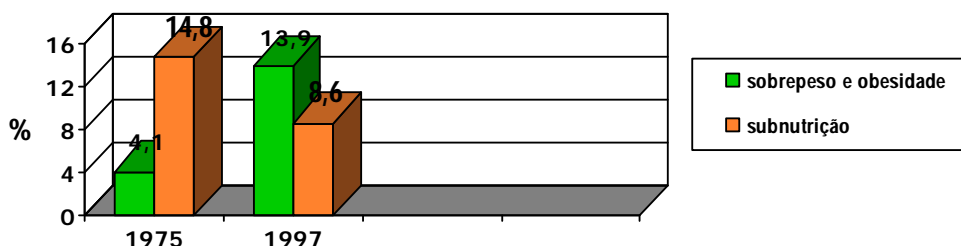
**Gráfico 2: Prevalência de déficit de peso, excesso de peso na população com 20 ou mais anos de idade, por sexo Brasil – períodos 1974-1975, 1989 e 2002-2003.**



Importante destacar, que esta tendência, não somente afetou a população adulta, mas também se refletiu no perfil nutricional das crianças e adolescentes como pode ser visualizado no gráfico abaixo (Gráfico 3).

**Gráfico 3: Tendência de obesidade e subnutrição em adolescentes e pré-adolescentes(6 a 18 anos) no Brasil**

Fonte: Wang Y, Monteiro CA, Popkin BM; 2002



Pelos dados acima, observa-se que a fome ainda é muito prevalente no Brasil, mas que, por outro lado, o modelo agroalimentar associado à produção globalizada de produtos padronizados, incentivou a má qualidade e o excesso alimentar, levando ao aumento considerável de doenças crônico-degenerativas.

Por sua vez, no que diz respeito ao modelo dominante de produção de alimentos no Brasil, a pequena produção, historicamente, foi marginalizada, e em algumas regiões, como no sertão e no semi-árido nordestino, os próprios agricultores familiares têm problemas de geração de uma renda capaz de contemplar as necessidades mínimas. Na região Sul, por outro lado, onde a agricultura familiar se insere num ambiente socioeconômico mais favorável, ela responde por 90,5% dos estabelecimentos da região, ocupa 43,8% da área e produz 57% do valor bruto da produção (GUANZIROLI et al., 2000). No entanto, a exemplo do Rio Grande do Sul, as regiões que se especializaram na produção “modernizada” de soja, trigo, bem como, àquelas com uma predominância de estabelecimentos agropecuários com área média maior e baseada na combinação de pecuária extensiva e monocultura, apresentam as condições de vida menos favoráveis, encontrando-se aí os menores valores de renda e as maiores extensões de pobreza rural (KAGEYAMA, 2006). Constatações que indicam que o modelo agroindustrial dominante, tendeu a excluir a produção de alimentos de pequena e média escala, provocando uma realidade marcada pela ausência de trabalho e pela obtenção de rendas insuficientes à reprodução econômica e social dos agricultores familiares.

## **2 Estado e das Políticas Públicas: o Programa de Alimentação Escolar como política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (SAN)**

Na última década, o Brasil tem abordado modelos estruturantes pautados nos conceitos de segurança alimentar e nutricional sustentável como eixo de desenvolvimento. Neste discurso, associa-se o objetivo da segurança alimentar a estratégias permanentes de desenvolvimento econômico e social com crescente equidade e inclusão social. Na proposta de SAN, todos teriam direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitassem a diversidade cultural e que fossem social, econômica e ambientalmente sustentáveis (CONSEA, 2004). Com esta abordagem, o Estado passa a rever suas políticas públicas dando ênfase à noção de desenvolvimento sustentável. Para Morgan (2007) o Estado teria o poder de regular, arrecadar impostos e de decidir sobre os orçamentos de seus programas, podendo deliberar a favor de

determinadas atividades em relação a outras. E este poder seria suficiente para através de incentivos e sanções, mudar comportamentos do setor público, privado e do terceiro setor, bem como de indivíduos e famílias. Ou seja, regulação implicaria em exercício de poder das autoridades políticas e na operação de instrumentos regulatórios. Com esta prerrogativa, o autor sustenta a idéia de “*Green State*” em que o Estado atuaria de forma a utilizar de seu poder, recursos e regulações, para promover práticas sustentáveis.

A partir destas novas proposições das políticas alimentares brasileiras que o Programa de Alimentação Escolar foi revisto. Importante, em um primeiro momento, destacar que o PAE brasileiro existe desde 1955 e é uma das mais antigas e permanentes intervenções governamentais federais de suplementação alimentar no âmbito das políticas social e assistencial do país (SPINELLI e CANESQUI, 2002). É considerado um dos maiores programas na área de alimentação escolar no mundo, sendo um direito constituído e um dever do Estado a partir de 1988. Além disso, é o único programa alimentar com atendimento universalizado (FNDE, 2007).

Para entender a sua revisão a partir das políticas de SAN, vale referir que até 1994, o desenho e gerenciamento do Programa mantiveram centralizado o processo de aquisição de gêneros alimentícios. Os alimentos formulados e industrializados eram comprados de um conjunto selecionado de algumas empresas, através de licitação pública e distribuídos para todo o território nacional. A centralização absorvia o maior volume dos recursos financeiros do programa afetando a sua operacionalização e a eficácia dos resultados, em conseqüência de um conjunto de distorções como: sistemas complexos de fornecimento e armazenamento dos produtos, cartelização dos fornecedores, elevação dos custos da merenda, entre outros (SPINELLI e CANESQUI, 2002). Além disso, os alimentos servidos não condiziam com os hábitos dos alunos, pois os cardápios eram padronizados e muitas vezes chegavam aos locais de destino já vencidos e impróprios para o consumo, aumentando ainda mais o desperdício de recursos.

Um passo positivo foi dado quando da sua efetiva descentralização em 1998, em que a transferência de recursos passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo (FNDE, 2007). Nessa época, o valor diário *per capita* era de R\$ 0,13, valor este mantido até o ano de 2003. Com a descentralização, o município passou a ser gestor da alimentação escolar, viabilizando muitas outras possibilidades como: racionalização da logística e dos custos de distribuição dos produtos, promoção do desenvolvimento local (inserção da pequena empresa, do comércio local, do pequeno produtor agrícola e da pecuária

local), elaboração de cardápios compatíveis com os hábitos alimentares das comunidades e diversificação de suas preparações, maior participação da sociedade civil (Conselho de Alimentação Escolar - CAE), entre outras vantagens.

Foi com a implantação do Programa Fome Zero (em 2003) e a partir das discussões sobre as políticas de segurança alimentar e nutricional, que ocorreram ainda mais modificações no Programa de Alimentação Escolar. Este foi revisado, implicando em um primeiro momento, no aumento de recursos federais alocados. De 2003 a 2006, o *per capita* foi reajustado sucessivamente, até chegar à R\$ 0,22 não só para as crianças até então beneficiadas (ensino fundamental e pré-escola), mas também para as das creches (0 a três anos de idade) das redes públicas e filantrópicas. Além disso, para os escolares indígenas e quilombolas, este valor passou a ser de R\$ 0,44. As verbas que no início da descentralização eram repassadas aos municípios e estados de forma irregular (IBAN/IPEA/PNUD, 1998) passam, a partir de 2001, a serem sistemáticas (10 parcelas iguais por ano).

O montante de recursos financeiros repassados do Governo Federal para os municípios e estados no ano de 2006 (FNDE, 2007) foi de um bilhão e meio de reais. Adicionam-se a este valor as contrapartidas dos governos locais, que variam de municípios e estados, mas que ficam em torno de 30% a mais, e tem-se um acréscimo de 450 milhões de reais por ano, chegando a um valor absoluto gasto com alimentação escolar no ano de 2006, de aproximadamente, dois bilhões de reais.

Além do aumento de recursos e da cobertura do Programa, e com base no perfil alimentar e nutricional descrito acima, salienta-se a revisão do Programa de Alimentação Escolar, na questão do consumo da população. Além de suprir um mínimo de calorias, faz-se referência a um equilíbrio nutricional e cultural e à educação em saúde, indo além do caráter assistencialista, mas se caracterizando como um direito do cidadão à alimentação adequada. O PAE, dessa forma, passou a ser discutido como um instrumento em potencial capaz de promover hábitos alimentares adequados na escola e educar as futuras gerações para a manutenção destas práticas, passando a ser encarado como política de saúde pública.

Para tanto, citam-se alguns pontos na sua gestão e, também, previstos em sua regulamentação no que tange a este aspecto. O gerenciamento deste Programa a nível nacional passou a ser feito a partir de 2003 por um profissional nutricionista, destacando a coerência com o objetivo do Programa, que segundo a Resolução corrente é o de “atender às necessidades nutricionais dos alunos durante sua permanência em sala de aula, contribuindo para o crescimento, o desenvolvimento, a aprendizagem e o rendimento escolar dos estudantes, bem como, a formação de hábitos alimentares saudáveis”. Os gêneros

alimentícios, segundo esta Resolução, devem ser adquiridos a partir dos cardápios formulados por nutricionistas habilitados em cada entidade executora, garantindo-se o suprimento de no mínimo 30% das necessidades nutricionais diárias dos alunos das creches e escolas indígenas e das localizadas em áreas remanescentes de quilombos, e 15% para os demais alunos matriculados em creches, pré-escolas e escolas do ensino fundamental, durante sua permanência em sala de aula. Outro ponto importante a destacar, se refere à promoção de alimentação saudável nas escolas, instituída pela Portaria Interinstitucional nº 1.010/2006. Além da preocupação em alcançar uma alimentação saudável, ou uma “ração nutricionalmente balanceada”, o Programa aponta para a construção de seres humanos conscientes de seus direitos e deveres e de sua responsabilidade com o meio ambiente e com a qualidade de vida de seus descendentes. Para tanto, incluiu-se na sua regulamentação, a partir de 2006, alguns princípios e diretrizes referentes à política de SAN como o “apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, preferencialmente produzidos e comercializados em âmbito local” (Art.3º, §4 da Resolução nº 32 de 10 de agosto de 2006).

Seguindo nesta perspectiva, o Programa passou a abrir a possibilidade de adquirir os gêneros alimentícios de produtores locais, gerando renda e beneficiando pequenos agricultores e comerciantes. Dessa forma, um novo nicho de mercado para a pequena agricultura, passaria a significar o fomento de maior número de empregos e trabalho no meio rural, diminuição do êxodo, e, também, da pobreza rural e urbana. Também, ao localizar as compras, incentivaria o consumo sustentável ao conectá-lo à produção de alimentos locais e orgânicos que minimizariam a poluição ambiental, empoderariam politicamente os consumidores e destacariam as preocupações ambientais.

A revisão da legislação do Programa, juntamente com o aumento dos recursos estatais alocados e com a maior abrangência da população atendida, reflete a revisão na regulação política. No entanto, no que concerne à efetivação da compra de alimentos da agricultura local, poucas iniciativas têm sido observadas. Na tentativa de viabilizar esta compra surgem dificuldades, principalmente, de ordem burocrática e regulatória. Ou seja, ainda que as legislações referentes ao Programa façam alusão ao incentivo à compra de gêneros básicos e locais, na prática, há ainda um baixo nível de adesões que pode ser explicada, em parte, pela burocracia e regulamentações contraditórias mantidas pelo próprio Estado e de interesses políticos locais, como relatado pelo documento elaborado pela EMATER, FETAG e municípios do Vale do Sinos e Paranhana (2006). Este ressalta que muitas administrações mantêm processos de compra, exigências sanitárias e de “padrões de qualidade”

principalmente para não ferirem as legislações superiores e acabam por continuar facilitando a participação de grupos de grandes fornecedores especializados, que ao longo dos anos são beneficiários diretos e exclusivos do Programa.

Na tentativa de ultrapassar a burocracia dos processos licitatórios, muitos municípios utilizaram o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) do Governo Federal, instituído em 2003, justamente com o objetivo de desburocratizar a compra de produtos da agricultura familiar. Com o PAA, segundo Mattei (2007), criou-se um marco jurídico que possibilitaria uma maior presença do Estado no apoio aos processos de comercialização da produção dos agricultores familiares, contribuindo para a sua sustentabilidade, para a distribuição a grupos de pessoas em insegurança alimentar e para a contribuição na formação de estoques estratégicos de alimentos no país. Nesta construção, o PAA destacou ainda mais o grande potencial do Programa de Alimentação Escolar em concretizar as políticas de segurança alimentar.

### **3 O caso do Vale do Rio dos Sinos e Paranhana (Rio Grande do Sul)**

Vale referir que não há dados oficiais nacionais e nem mesmo estaduais sobre o tipo de abastecimento alimentar realizado nos municípios brasileiros em relação à alimentação escolar. Porém, dos dados existentes sobre o perfil dos municípios brasileiros em relação à compra de agricultores familiares, o Boletim de Desempenho elaborado pela ONG Fome Zero em 2007 e suas edições anteriores, juntamente com dados informais dão conta da pouca adesão dos municípios e estados à compra de gêneros da agricultura familiar para abastecer as escolas. No entanto, a título de ilustração de como as barreiras foram superadas, faz-se referência aqui ao processo iniciado no Vale do Rio dos Sinos e Paranhana no estado do Rio Grande do Sul, onde desde 1998, há uma mobilização em relação à compra de gêneros alimentícios para o PAE de agricultores familiares locais.

Os 24 municípios que fazem parte da Região do Vale do Rio dos Sinos e Paranhana, abrangem uma população de 1.377.322 habitantes, dos quais 50.430 são habitantes da zona rural com uma extensão territorial total 1.413 Km<sup>2</sup> (IBGE, 2002). A região é considerada o berço da colonização alemã, baseada em um modelo produtivo agrícola com base em pequenas unidades familiares, com 20-25 hectares em média, voltados à produção de alimentos e matérias primas para as agroindústrias tais como a madeira, piretro, grãos e fibras. O intenso processo de urbanização e de industrialização desses locais, com ênfase na indústria coureiro-calçadista, a partir da década de 1950, ocasionou um desenfreado crescimento dos

núcleos urbanos. Segundo Schneider (2004), a desarticulação do modo de vida colonial e a emergência das relações capitalistas de produção, foram decorrentes não só das transformações engendradas pelos processos sociais de industrialização difusa do setor coureiro-calçadista, mas também pelas mudanças nas estratégias de reprodução da agricultura familiar. Segundo o autor, na região da Colônia Velha alemã, o tradicional sistema agrícola colonial permaneceu estagnado, e, a partir de 1970 foi desarticulado pela emergência da pluriatividade e da *part-time farming*. Em última análise, estas estratégias revitalizaram e metamorfosearam o modo de vida colonial, de forma a viabilizar a sua resistência ante o novo ambiente social e econômico.

Neste contexto, entidades como a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), na tentativa de criar mercados para a agricultura familiar, bem como promover desenvolvimento local e soberania alimentar (EMATER, FETAG e Prefeituras Municipais, 2006) foram responsáveis por um movimento regional iniciado em 1998, no município de Rolante (RS). Em 1999, esta iniciativa produziu repercussão em outros municípios, por conta do processo de diagnóstico e planejamento participativo regional, culminando em 2004, no Seminário Regional sobre Alimentação Escolar. Neste, participaram 15 municípios, representados por Secretários Municipais, técnicos, integrantes de conselhos municipais, agricultores, merendeiros, professores e diretores de escolas, que discutiram amplamente a questão de aquisição de produtos locais para o abastecimento das escolas.

Desse encontro criou-se uma comissão multidisciplinar, interinstitucional e intermunicipal, com objetivo de dar suporte técnico e estratégico aos municípios, além de divulgar o tema para outras regiões do estado e do país. Para tal função, a comissão elabora e lança, em 2005, o Manual de Alimentação Escolar, atualizado e relançado em 2006. Este documento frisava a latência do mercado institucional como demandante de produtos da agricultura familiar e suas potencialidades enquanto instrumento de ligação entre consumidores e produtores no nível local. Com esta premissa, descrevia os desafios e barreiras que impediam esta efetivação, e propunham formas de superação, descrevendo ao final, experiências bem sucedidas e/ou encaminhadas.

Dos municípios que aderiram à proposta, vale destacar a experiência de Rolante e Dois Irmãos descritos no Manual supracitado, enfatizando os desafios e as potencialidades associados a estas iniciativas. Como fonte de informação, além deste Manual, utilizou-se de relatos, depoimentos e outros documentos existentes sobre os casos.

### **3.1 Barreiras e formas de superação**

Segundo depoimentos de técnicos da Emater do município de Rolante, foi decisiva a política do executivo municipal em iniciar um processo de compras diferenciado para a alimentação escolar em que os pequenos produtores pudessem tornar-se fornecedores. Esta decisão deu-se frente a uma economia representada pela baixa retenção dos recursos destinados ao Programa pelo governo federal no município e à penúria e dificuldades dos pequenos agricultores locais em acessar os mercados, apontados pelo diagnóstico elaborado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – CMDR. A decisão do executivo foi deflagrada também, segundo eles, pela má qualidade dos alimentos oferecidos através dos processos convencionais de compras públicas. Esta decisão foi acompanhada de uma estratégia de revisão dos procedimentos e dos canais de participação e decisão em todas as instâncias. Para isso, a estratégia compôs-se de dois movimentos: 1) para dentro das instâncias municipais, no âmbito da Secretaria de Educação - Secretário, Nutricionista, Coordenação da Merenda, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Fazenda, Setor de Compras; e, 2) para fora do executivo municipal, além do CMDR, o debate ampliou-se junto ao Conselho da Alimentação Escolar – CAE e entidades vinculadas ao tema, EMATER/RS, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Cooperativas e Associações de pequenos agricultores, Associações de Pais e Mestres - APM, entre outros. Um grupo de trabalho, contando com participação de técnicos da Emater/RS e com o CAE, analisou a burocracia que se instalara ao longo dos anos, a qual favorecia a poucos devido a pouca visibilidade dos procedimentos e da não participação dos parceiros externos - instituições e conselhos. Por outro lado, o CMDR elaborou o diagnóstico do meio rural, com base na visão das famílias, por localidade e no município - cenários, potencialidades, dificuldades, a fim de estabelecer uma estratégia interinstitucional para capacitar e apoiar agricultores interessados na legalização de agroindústrias e nas diferentes funções do processo para acessar o mercado da alimentação escolar, com ampla troca de informações.

Desta iniciativa, verifica-se que os motivos para a revisão do processo foram diversos: a situação dos agricultores, a má qualidade dos alimentos servidos e a baixa retenção dos recursos federais no município e que encontraram espaço de discussão nos Conselhos Municipais. Estes por sua vez, organizados e em condições de deliberar e propor ações políticas conseguiram junto ao executivo municipal, modificar o sistema de compras da prefeitura, revendo a burocracia e a participação mais efetiva dos representantes da comunidade. Além disso, outra questão muito pertinente advém da organização da produção

que passa a acontecer a partir da mobilização do Conselho de Desenvolvimento Rural junto aos agricultores para lhes proporcionar as condições formais e de conhecimento do processo de compras públicas. Verifica-se aqui uma ação que implica numa reação, ou seja, a possibilidade, e até a efetivação da venda de seus produtos para um mercado institucional, ao mesmo tempo em que exigiu, também deu condições para um movimento de formalização das agroindústrias.

No município de Dois Irmãos as exigências de qualidade sanitária e a burocracia em relação às compras devido à Lei de Licitações 8.666/1993, foram pontos estratégicos de superação. A primeira dificuldade estava associada às questões regulamentares exigidas como critério de qualidade, como os Registros de Inspeção Sanitária, Registros no Ministério da Agricultura, entre outros. Segundo os próprios agricultores, estas exigências, impossibilitavam a sua formalização devido à necessidade de tomarem uma série de medidas que exonerariam a produção a ponto deles não conseguirem se adequar. Sem um mercado maior de comercialização, perpetuava-se a informalidade para poderem sobreviver. Para isso, o município contou com as ações conjuntas entre a Secretaria de Saúde e Agricultura. Neste sentido, implementou-se o SIM (Serviço de Inspeção Municipal), que promoveu um maior número de produtores aptos, do ponto de vista sanitário, a venderem seus produtos para a Merenda Escolar do município. Outra ação promovida para ultrapassar esta barreira, foi a parceria entre os diversos técnicos e instituições envolvidas, determinando uma confiança sem exigências de rótulos, etiquetas ou certificados. Esta confiança era baseada no conhecimento do processo de produção dos alimentos pelos técnicos da prefeitura em conjunto com o acompanhamento deste processo pelos técnicos da Emater. Isto conferia uma confiança estabelecida a partir da localização das relações e da possibilidade de trocas e exigências mútuas.

A burocracia das aquisições públicas foi enfrentada por meio de parcerias que encontraram espaço de discussão no Conselho de Alimentação Escolar. O encontro de diversos atores representando tanto os consumidores (professores, pais e coordenação do serviço), como os produtores (Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Emater), além de outros convidados como a Vigilância Sanitária, Secretarias da Agricultura, da Saúde, resultou em estratégias capazes de contornar ou resolver os problemas burocráticos. Por meio destas aproximações, ocorreram a reformulação dos cardápios e das especificações dos produtos conforme o que e quanto era produzido pelos produtores rurais do local e o auxílio na adequação aos mesmos quanto aos documentos necessários para sua participação dos processos licitatórios.

Mesmo com esse auxílio, a manutenção do vínculo foi e ainda é dificultada, segundo depoimento da Coordenação do Serviço do município, pela própria Lei de Aquisições Públicas, que tem como uma de suas prerrogativas a livre concorrência, e a isonomia, devendo selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, vetando-se aos agentes públicos agir de forma a frustrarem ou restringirem o seu caráter competitivo. Decorrente disto, os agricultores familiares, ao participarem deste trâmite, o fazem concorrendo com outros fornecedores e atravessadores e obedecem às mesmas exigências documentais. Nesta condição, muitas vezes, não conseguem concorrer com grandes atacados e varejos, seja pela questão do valor dos produtos, seja pela falta de informações e familiaridade com os processos, ou seja, pelas exigências estruturais que são onerosas e que incluem uma formalização que demanda muitas vezes uma carga tributária que eles não conseguem sustentar. Neste sentido, a proposta “mais vantajosa”, colocada acima desconsidera os benefícios sociais atribuídos à inclusão de agricultores familiares no mercado e, ainda, os benefícios de uma boa alimentação e de hábitos saudáveis promovidos por seus gêneros mais frescos, locais e tradicionais. Neste exemplo, fica patente a necessidade da conscientização dos atores envolvidos em reconhecerem estes benefícios para serem ativos em buscar mecanismos de superação. Exemplo deste caso, quando da utilização de formas engenhosas, para conseguirem adquirir os produtos destes fornecedores. Ao especificar os produtos conforme o que os agricultores locais produzem, restringe-se a concorrência e direciona-se a compra. Enfim, a experiência deste município remete à importância do árduo acompanhamento, manutenção da vontade política, do interesse e conscientização dos atores sociais e de concepções de qualidade diferenciadas, visto a grande dificuldade em manter este vínculo nos termos regulatórios e burocráticos atuais.

### **3.2 Efeitos e contribuições**

Partindo das experiências que conseguiram suplantar as barreiras e efetivaram as compras para a alimentação escolar de agricultores familiares, destaca-se os efeitos e as contribuições deste processo no que diz respeito ao consumo e à produção de alimentos.

Como visto acima, o perfil alimentar e nutricional brasileiro se complexifica a partir da década de 1980, verificando-se uma manutenção dos problemas relacionados à fome e desnutrição (embora não tão graves como nas décadas anteriores) e um crescente aumento das prevalências de doenças crônicas associadas ao sobrepeso, conseqüência de um perfil de produção cada vez mais industrializado e globalizado.

A alimentação escolar no Brasil, predominantemente, tem seguido esta forma de regulação, oferecendo, principalmente, alimentos processados, adquiridos de médios a grandes produtores e comerciantes, incentivando, em última análise a construção de um mercado consumidor para este tipo de alimento. Somado a isto, considera-se ainda, a influência da mídia e das estratégias de consumo da indústria e o frágil enraizamento cultural alimentar, como pontos fulcrais de perpetuação do modelo agroalimentar dominante. Convém considerar, nessa argumentação, que é na infância que se estabelecem os hábitos alimentares que, peremptoriamente, perdurarão na adultícia. Dessa forma, o PAE, sendo um dos programas de assistência alimentar que atinge o maior número de pessoas (principalmente crianças e adolescentes) e que em muitos casos é a única refeição com qualidade nutricional do dia, ele deve ser considerado como possibilidade real na construção de uma cadeia alimentar diferenciada.

Em vista das conseqüências futuras deste tipo de consumo, iniciativas têm sido observadas em alguns municípios brasileiros em priorizarem a compra de alimentos de produtores daquele local/território. O objetivo destas iniciativas, segundo informações dos municípios estudados, não foi só fomentar a economia do local, mas também criar e reforçar práticas e hábitos alimentares que influenciassem positivamente a cultura alimentar (mesmo que híbrida), o gosto por alimentos mais saudáveis e, portanto, a saúde e qualidade de vida atual e futura.

Para exemplificação, uma pesquisa foi realizada nos municípios de Dois Irmãos e Morro Reuter no ano de 2003 com escolares de 8 a 10 anos (TRICHES e GIUGLIANI, 2005), verificando que 17% estavam acima do peso e que a obesidade estava fortemente associada a práticas alimentares menos saudáveis como a maior freqüência no consumo de guloseimas, refrigerantes, e, por outro lado, um menor consumo de leite, frutas, verduras e a omissão do café da manhã. Também evidenciou que os conhecimentos sobre nutrição não eram suficientes para que estas crianças se conscientizassem e melhorassem suas práticas. Essas constatações levaram a concluir que o *ambiente* é decisivo na formação de hábitos alimentares, e, fundamental para modificar o estado nutricional ou prevenir a obesidade. Nesse sentido, o estudo indicou que a “educação nutricional”, deveria não apenas se restringir a adicionar em seus temas transversais o assunto, repassando informações e conceitos, mas principalmente, em oferecer um ambiente que propiciasse comportamentos saudáveis. A *aprendizagem* estaria vinculada, ao hedonismo e à cultura e estes deveriam ser trabalhados na formação de hábitos alimentares mais adequados e/ou saudáveis. Foi com esta concepção que o Serviço de Alimentação Escolar daquele município começou a trabalhar no sentido de rever

as questões de qualidade dos alimentos remetendo este conceito às questões organolépticas e culturais, associadas às questões nutricionais e sanitárias. Disso resultaram as motivações da Coordenação do Serviço para repensar a procedência e métodos de produção que providenciassem alimentos mais frescos, naturais, tradicionais e saborosos, que conquistassem o paladar dos alunos para alimentos como frutas, verduras e gêneros menos processados, integrais e típicos da região.

A efetivação da compra de alimentos para a “merenda escolar” de agricultores daquele município, providenciou mudanças nas concepções e práticas alimentares das crianças. Nesta questão, o depoimento das merendeiras não deixa dúvidas, já que atestam a maior frequência no recebimento de produtos frescos, maior variabilidade, melhor qualidade, determinando maior aceitação e consumo por parte dos alunos, como se destaca abaixo no depoimento de uma aluna, filha de um dos fornecedores.

“Meu pai é produtor de mel, em casa eu não comia, mas quando experimentei na escola, passei a gostar de mel. Não comia nada de salada, mas agora na escola como e gosto...”(Bruna Boll, aluna 5a. Série – Manual de Alimentação Escolar, 2006).

Ou seja, a revisão da qualidade dos alimentos oferecidos na alimentação escolar propiciou a aceitabilidade de gêneros que anteriormente não eram consumidos. Seja por uma melhora organoléptica, seja por uma revisão das questões valorativas. Um alimento servido na escola e consumido e apreciado pelos colegas, modifica as concepções e valorações daquele gênero que até então era desconsiderado e desqualificado. Isto fica patente no exemplo do mel, em que a filha do próprio produtor, só passou a apreciar o alimento depois de motivada pelos colegas, professores e/ou merendeiros. Kjaernes, Harvey, e Warde (2007) acreditam que os consumidores constroem suas escolhas (confiança) a partir de uma organização coletiva de relações sociais, ou seja, como um processo de institucionalização. E por institucionalização, entende-se não somente as organizações formais estabelecidas, mas também, as entidades estáveis informais como a família, a escola, e interações organizadas, como o momento das refeições. Para estes autores, a institucionalização providencia contextos normativos e organizacionais que em muitos casos, influenciam fortemente as ações individuais, ditando os procedimentos normais e o que deve ser feito e esperado. Esta política acaba por realimentar este mercado, na medida em que mantém a cultura alimentar e/ou constrói paladares para alimentos produzidos localmente, por terem eles características exclusivas e/ou apreciadas pelos futuros consumidores.

Importante também destacar as contribuições desta prática na construção de mercados para agricultores familiares locais e suas conseqüências. Nesta explanação, citam-se as

principais: a escolha por formas de plantio e produção diferenciados como os alimentos orgânicos e tradicionais levando à promoção destas estratégias; o incentivo à organização, cooperação e formalização; e, a garantia da venda dos gêneros produzidos, com o aumento da renda e diminuição do êxodo rural.

O conceito de qualidade atribuído aos gêneros alimentícios, além dos supracitados, tem sido associado também, à questão ambiental, e com ela, à valorização de técnicas de produção “amigas da natureza”. Ao concretizar uma política de reaproximação da cadeia alimentar, alguns municípios brasileiros têm utilizado o PAE para promover estas técnicas. Uma das formas utilizadas é a descrição de produtos com características específicas: orgânicos, ecológicos, sem agrotóxicos, sem aditivos químicos, tradicionais, “coloniais”, “caipira”, entre outros. A título de exemplificação, o município de Dois Irmãos adquire o “néctar de uva produzido a partir de uvas orgânicas, e extraído a vapor”. Segundo a nutricionista além da uva ser orgânica, o suco produzido pelo produtor daquele município, se distingue dos demais pela forma artesanal de extração do sumo, o que permite um alto grau de resveratrol, substância associada à diminuição do colesterol e na prevenção de doenças cardiovasculares (Gestão Eficiente da Merenda Escolar, 2007). Liga-se a questão de saúde com a questão ambiental que, segundo Lang e Heasman (2004), fundamentam um novo paradigma de políticas alimentares que trabalham com a natureza e não sobre a natureza. Nesse ínterim, contribuí-se para a viabilização de mercados para estes tipos de produção. Em relação às questões ambientais, embora não pareçam, a princípio, serem determinantes da motivação destas iniciativas, aparecem como resultados positivos. Não só estando associadas aos métodos e processos de produção, mas também, com a diminuição das distâncias percorridas da produção até o consumo final.

Porém um dos principais fatores de sucesso para a construção destes mercados, acaba também beneficiando os próprios produtores. Ou seja, a necessidade de organização e cooperação entre os agricultores, deles com suas entidades representativas e, finalmente, deles com o poder público para acessarem os mercados, também os beneficia, lhes empoderando na medida em que obtém mais condições de sobrevivência e reprodução. Das experiências que obtiveram sucesso na tentativa de aquisição de alimentos de produtores locais, observa-se que entidades representativas como as de Assistência Técnica (Emater) e Sindicatos Rurais, foram fundamentais como mediadores do processo. Estes viabilizaram em grande medida as relações entre agricultores e Estado, por um lado, assessorando e capacitando os produtores e, por outro, levando suas necessidades às instituições públicas, pressionando-as ou propondo ações para facilitarem o acesso destes aos mercados. A alimentação escolar favoreceu este

vínculo, e trazendo novamente o caso do município de Dois Irmãos para a análise, cita-se que a partir desta mobilização, mais produtores interessaram-se na formalização de sua produção através de Registros de Inspeção Municipal. A possibilidade de um novo mercado para a venda de seus produtos, também incentivou a criação de duas associações de agricultores (apicultores e cunicultores) que, atualmente, têm representantes no Conselho de Alimentação Escolar e, com isto, condições de participarem na tomada de decisões do Serviço.

### **Considerações finais**

O exemplo brasileiro exposto neste texto permite analisar a interconexão entre produção e consumo e a interferência das políticas estatais alimentares. Parte-se do modelo que, por um lado, provoca a exclusão dos pequenos agricultores, refletindo-se em altos níveis de pobreza no meio rural e, por outro, por um perfil nutricional, principalmente no meio urbano, complexificado pela dupla carga de morbidade associada às deficiências e à fome e, por outro lado, a má qualidade do consumo alimentar. A partir destas fraturas, abre-se espaço para a discussão de proposições de desenvolvimento sustentável, centrado em uma economia da qualidade que envolve o estabelecimento de formas de organização que facilitam a intensificação e colaboração entre consumo e produção. Central neste construto, o papel do Estado e de seu poder em definir através de suas políticas e de seus programas de aquisições de alimentos, modelos diferenciados de abastecimento alimentar.

Tomando o caso da alimentação escolar, o Estado têm providenciado na última década políticas de segurança alimentar e nutricional que apóiam a aproximação entre consumidores e produtores no nível local. Porém, regulamentações contraditórias como a dos processos licitatórios de compras públicas e as exigências legais e sanitárias para a formalização destes pequenos agricultores, ainda mantém estas proposições longe de se concretizarem. No entanto, os exemplos dos municípios descritos acima, demonstram a importância da coesão e interação social no desenvolvimento de economias locais. Como ponto comum em todas as experiências, aparece o diálogo entre os atores, ocorrendo uma reconexão da cadeia alimentar, em que produtores e consumidores através da proximidade, constituem relações de exigências, negociações, trocas e suportes, construindo e consolidando relações pautadas em uma moral que transcende o âmbito econômico. Na fala dos produtores há a necessidade de abastecer o mercado da merenda escolar com produtos de qualidade. Já na fala dos consumidores, há a necessidade de auxiliar os pequenos agricultores locais, para que possam obter seu sustento. Na verdade, um incorporando à sua necessidade a necessidade do outro.

Entremeios, aparecem os Conselhos Municipais como espaços propícios a este diálogo. Como visto acima, são eles que providenciam o encontro entre os diversos atores, e que permitem avançar em relação à superação das barreiras e em direção à governança do processo. A aproximação entre o setor privado e o setor público dentro destes Conselhos, criam relações de confiança e de mútuo respeito e proporcionam conhecimentos, concertamentos e benefícios para ambas as partes. O que remete à consideração de que os atores locais têm o poder, através de suas relações, significados e discursos, de estabelecerem práticas e construções sociais, institucionalizando-as e, modificando assim, o modelo dominante.

Observa-se como resultados aparentes destas novas relações e economias pautadas na “qualidade” uma modificação no nível do consumo, no que diz respeito à aceitação de alimentos mais saudáveis e adequados por parte dos alunos, uma revitalização com novas perspectivas de mercado para a agricultura familiar, e um fomento às práticas de produção consideradas menos nocivas ao ambiente, corroborando a tese da codeterminação entre produção e consumo e a interferência das políticas alimentares nesta construção, dependendo de suas concepções e intenções.

Por fim, conclui-se também que o estudo de temas de políticas de alimentação, a exemplo da Alimentação Escolar tem um grande potencial no que diz respeito à reunião de debates e teorias até aqui feitos separadamente, entre as questões associadas à produção e ao desenvolvimento rural e aquelas associadas ao consumo e à saúde pública, abrindo uma ampla agenda de estudos e investigações .

## **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: [http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/alimentacao\\_escolar/alimentacao\\_esc.html](http://www.fnde.gov.br/home/index.jsp?arquivo=/alimentacao_escolar/alimentacao_esc.html). Acesso em: 06 jun. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução/FNDE/CD/nº 32, de 10 de agosto de 2006. Estabelece critérios para a execução do PNAE. Disponível em: [http://www.fnde.gov.br/home/legislaçao\\_manuais/alimentacao\\_escolar/res038\\_23082004.pdf](http://www.fnde.gov.br/home/legislaçao_manuais/alimentacao_escolar/res038_23082004.pdf). Acesso em: 06 jun. 2008.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR. (2004), *Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional*: textos de referência da II Conferência de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília.

DIEZ GARCIA, R.W. (2003), Reflexos da globalização na cultura alimentar: considerações

sobre as mudanças na alimentação urbana. *Revista de Nutrição*, v. 16, pp. 483-492.

FRIEDMANN, H. (2000), Uma economia mundial de alimentos sustentável. In: BELIK, L; MALUF, RS. *Abastecimento e segurança alimentar*. Campinas: UNICAMP, pp.1-21.

GESTÃO EFICIENTE DA MERENDA ESCOLAR – Histórias gostosas de ler e boas de copiar. (2007), ONG Ação Fome Zero, vol. 2.

GOODMAN, D; DUPUIS, E.M. (2002), Knowing food and growing food: beyond the production-consumption debate in the sociology of agriculture. *Sociologia Ruralis*, v. 42, pp. 5-22.

HOLLOWAY, L. et al. (2007). Beyond the ‘alternative’ – ‘convencional’ divide? Thinking differently about food production-consumption relationships. In: MAYE, D. HOLLOWAY, L. KNEAFSEY, M. *Alternatives food geographies*. UK: Elsevier, pp. 77-93.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2006), *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: Segurança Alimentar*.

KJAERNES, U., HARVEY, M., WARDE, (2007), A. *Trust in food: a comparative and institutional analysis*. Manchester: Palgrave.

LANG, T. HEASMAN, M. (2004), *Food Wars: The Battle for Minds, Mouths and Markets*, Earthscan, London.

LEVY COSTA, R.B, et al. (2005) Disponibilidade domiciliar de alimentos no Brasil: distribuição e evolução (1974-2003). *Revista de Saúde Pública*, v.39, pp.530-540.

MALUF, R.S.J. (2007), *Segurança alimentar e nutricional*. Petrópolis, RJ: Vozes,.

MALUF, R.S.J. (2000), *Consumo de alimentos no Brasil: traços gerais e ações públicas de segurança alimentar*. São Paulo: Polis.

MANUAL SOBRE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. (2006), Porto Alegre: EMATER/RS-ASCAR; FETAG; Prefeituras Municipais dos Vales dos Rios dos Sinos e Paranhana/Encosta da Serra.

MATTEI, L. (2007), Programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): antecedentes, concepção e composição geral do Programa. In: *Avaliação de políticas de aquisição de alimentos*. Nº 27, pp.33-44.

MÉNDEZ, C.D. BENITO, C.G. (2008), Evolución de las recomendaciones institucionales sobre salud e alimentación. In: MÉNDEZ, C.D. BENITO, C.G. *Alimentación, consumo y salud*. Colección Estudios Sociales, nº 24, pp. 25-54.

MONDINI, L.; MONTEIRO, C.A. (1994), Mudanças no padrão de alimentação na população urbana brasileira (1962-1988). *Revista de Saúde Pública*, v. 28, pp. 433-439.

MONTEIRO, C.A. (1995), A dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. *Estudos Avançados*, v.9, n. 24.

MONTEIRO, C.A; CONDE, L.W; POPKIN, B.M. (2002), What has happened in terms of some of the unique elements of shift in diet, activity, obesity, and other measures of morbidity, and mortality within different regions of the world? Is obesity replacing or adding to under nutrition? Evidence from different social classes in Brazil. *Public Journal Health and Nutrition*, v. 5, pp. 105-112.

MONTEIRO, C.A; MONDINI, L; LEVY COSTA, R.B. (2000), Mudanças na composição e adequação nutricional da dieta familiar nas áreas metropolitanas do Brasil (1988-1996). *Revista de Saúde Pública*, v. 34, pp. 251-258.

MORGAN, K. (2004), *School meals and sustainable food chains the role of creative public procurement*. Cardiff University.

MORGAN, K. (2007), *Greening the Realm: Sustainable Food Chains and the Public Plate*. Regional Studies.

MORGAN, K. SONNINO, R. (2007), Empowering Consumers: The Creative Procurement of School Meals in Italy and the UK, *International Journal of Consumer Studies*, vol. 31 (1), pp.19-25.

POPKIN, B.M. (1999), Urbanization, lifestyle changes and the nutrition transition. *World Dev*, v. 27, pp. 1905-1916.

PROJETO FOME ZERO: Uma proposta de Segurança Alimentar para o Brasil. São Paulo: Instituto Cidadania, 2001.

SCHNEIDER, S. (2004), *Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto Alegre: UFRGS Editora.

SPINELLI, M.A.S, CANESQUI, A.M. (2002), O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). *Revista de Nutrição*, v.15, pp.105-117.

TRICHES, R.M; GIUGLIANI, E.R.J. (2005), Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. *Revista de Saúde Pública*, v. 39, pp.541-547.

WANG Y, MONTEIRO C.A, POPKIN B.M. (2002), Trend of obesity and underweight in older children e adolescents in the USA, Brazil, China and Russia. *American Journal of Clinical and Nutrition*, v. 75, pp.971-977.